

Fichas de Cultura

No Sistema de Alfabetização Paulo Freire, o trabalho educativo com adultos, com base no diálogo, era iniciado com uma discussão sobre o conceito antropológico de cultura, motivado por uma série de dez *fichas de cultura*. O próprio Paulo Freire justifica esta opção:

E pareceu-nos que a primeira dimensão deste novo conteúdo com que ajudaríamos o analfabeto, antes mesmo de iniciar sua alfabetização, na superação de sua compreensão mágica como ingênua e no desenvolvimento de crescentemente crítica, seria o conceito antropológico de cultura. A distinção entre dois mundos: o da natureza e o da cultura. O papel ativo do homem *em* sua e *com* sua realidade. O sentido de mediação que tem a natureza para as relações e comunicação dos homens. A cultura como o acrescentamento que o homem faz ao mundo que não fez. A cultura como resultado de seu trabalho. Do seu esforço criador e recriador. O sentido transcendental de suas relações. A dimensão humanista da cultura. A cultura como aquisição sistemática da experiência humana. Como uma incorporação, por isto crítica e criadora, e não como uma justaposição de informes ou prescrições “doadas”. A democratização da cultura – dimensão da democratização fundamental. O aprendizado da escrita e da leitura como um chave com que o analfabeto iniciaria a sua introdução no mundo da comunicação escrita. O homem, afinal, *no* e *com* o mudo. O seu papel de sujeito e não de mero e permanente objeto. (Freire, 1967, p. 108-109)

O primeiro conjunto das *fichas de cultura* foi feito para a experiência de Angicos, em 1962. Antônia Terra informa que os desenhos deste conjunto e para a introdução das palavras geradoras “foram feitos por um desenhista de Natal e os slides compostos pela equipe de Gastão Roberto Coaracy, do Rio de Janeiro.” (Terra, 2004, p.156). Eram bastante simples e mesmo incompletos, mas sabe-se terem sido enriquecidos durante as discussões nos *círculos de cultura* e revistos após a experiência. Recomendou-se, por exemplo, que, no caso das palavras geradoras, cada diapositivo apresentasse apenas uma imagem, que deveria associar-se apenas a uma palavra.

Uma segunda série foi produzida pelo próprio MEC, no INCE – Instituto Nacional de Cinema Educativo, em 1963, para a experiência de Brasília. Os desenhos são mais cuidados, adaptados à realidade local e incorporaram a revisão feita.

A série mais original é a terceira, com desenhos de Francisco Brennand, famoso pintor e ceramista do Recife, feita no final de 1963 para o Programa Nacional de Alfabetização. É uma obra de arte e como afirma Elisa Motta em sua monografia, recupera o modo tradicional de representação regional, na forma de xilogravura.

Sabe-se existir outra série, preparada no início de 1964 para a experiência de Goiânia, mas até hoje não se conseguiu acesso ao único original disponível.

A opção pela exploração do conceito antropológico de cultura foi feita por Paulo Freire e sua equipe do Serviço de Extensão Cultural e é certamente o aspecto mais genial do sistema de alfabetização. No entanto, não se encontra na obra de Paulo Freire, ou nos textos de fundamentação do sistema, a origem dessa opção. Mas, no início dos anos de 1960, o conceito de cultura e de cultura popular mais difundido era o trabalhado por Pe. Henrique de Lima Vaz, S.J., nos seminários promovidos pela JUC – Juventude Universitária Católica. Sua sistematização passou a ser divulgada amplamente entre os participantes dos movimentos de cultura e educação popular a partir da proposta designada *Cultura Popular*, definida pela AP – Ação Popular, que reproduzimos do original.

Referências:

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

TERRA, Antonia. Antes da hora. In: FERNANDES, Calazans & TERRA, Antonia. *40 horas de esperança*. O método Paulo Freire: política e pedagogia na experiência de Angicos. São Paulo: Ática, 1994.